

PF relatará todos os ministros implicados

Polícia Federal decide refazer relatórios sobre o envolvimento de magistrados no Master porque, segundo a avaliação, os pareceres entregues a Fachin citam apenas Moraes, Nunes Marques e Toffoli. Crise na corporação escala com o afastamento de delegados

» RENATO SOUZA

Andressa Anholete/Agência Senado



Em meio à crise na Polícia Federal, diretor-geral, Andrei Rodrigues, decidiu se desfiliar da ADPF, depois de 24 anos como integrante da entidade

> **A possibilidade de retaliação a delegados em razão das pessoas mencionadas nas investigações transmite uma mensagem preocupante à carreira e ameaça um dos pilares fundamentais da Polícia Federal: a autonomia de suas autoridades policiais para investigar, independentemente de quem sejam os envolvidos"**
>
> ***Trecho da nota da ADPF***

A Polícia Federal decidiu refazer relatórios sobre o envolvimento de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Master, que foram enviados ao gabinete do presidente da Corte, Edson Fachin. Os documentos foram produzidos por dois delegados, afastados das funções de chefia na semana passada. De acordo com fontes no STF, ouvidas pela reportagem, a medida decorre da avaliação de que os pareceres não seguiram regras impostas por Fachin, de que deveriam conter informações de todos os magistrados da Corte citados em conversas mantidas por Vorcaro com interlocutores. Os pareceres, no entanto, referiram-se apenas aos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Kassio Nunes Marques.

No despacho que determinou o envio dos relatórios, Fachin enfatizou que os documentos deveriam conter "todas as menções encontradas, sem exceção" a ministros, garantido ainda seu contexto e em "caráter estritamente descritivo". A informação de que os pareceres serão refeitos foi publicada pelo G1 e confirmadas pelo **Correio** com fontes na corporação. Conforme a determinação do presidente do STF, os pareceres não devem fazer juízo de valor nem conter conclusões sobre a conduta dos ministros.

Nas revelações feitas até agora sobre a investigação do caso Master, há citações aos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Luiz Fux.

Moraes teria editado um contrato de R$ 131 milhões da esposa dele com o Master, além de ter se encontrado pessoalmente com Vorcaro. Mendonça recebeu o banqueiro na sede do Instituto Iter, em São Paulo.

Nunes Marques e Luiz Fux também foram citados em algum momento nas conversas interceptadas pela PF. Fux afirmou que não há nenhuma mensagem trocada entre ele e o banqueiro. Nunes Marques, por sua vez, teria frequentado festas e viajado em aviões custeados por Vorcaro.

Afastamentos

A crise na PF escalou, ontem, com o afastamento dos delegados Daniel Cola e Wedson Cajé. Eles atuavam na Coordenadoria-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro e eram responsáveis pela condução das investigações do Master.

Em nota, a Polícia Federal informou que "não se manifesta sobre atos de gestão de pessoal de forma individualizada". Porém, a corporação destacou que "as designações e dispensas de funções de confiança do órgão (Funções Comissionadas Executivas-FCEs) são atos de gestão relacionados à organização interna da instituição, pautados por critérios de conveniência e oportunidade administrativa".

Em meio à crise, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, decidiu se desfiliar da Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), depois de 24 anos como membro dos quadros da instituição.

De acordo com aliados, Rodrigues se ressente do fato de que, na avaliação dele, a ADPF não o defendeu incisivamente quando ele foi afastado do cargo, em setembro, pelo ministro André Mendonça, após ter sido citado em mensagens encontradas no celular de Vorcaro.

Em nota, a ADPF manifestou "repúdio ao afastamento de dois delegados de suas funções na Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, ocorrido um dia após a conclusão de relatórios destinados a identificar menções a ministros do Supremo Tribunal Federal nas investigações do caso Master, por determinação do presidente da Corte".

No texto, a entidade destacou, ainda, que considera o episódio especialmente grave pelo precedente que pode representar. "A possibilidade de retaliação a delegados em razão das pessoas mencionadas nas investigações transmite uma mensagem preocupante à carreira e ameaça um dos pilares fundamentais da Polícia Federal: a autonomia de suas autoridades policiais para investigar, independentemente de quem sejam os envolvidos", ressaltou o comunicado.

Em seguida, o texto fez críticas à gestão da PF. "O episódio também evidencia, na avaliação da entidade, uma postura recorrente da atual direção da Polícia Federal, marcada por atos que contrariam princípios historicamente observados pela instituição, como o respeito à condução dos inquéritos por seus respectivos presidentes e o necessário distanciamento da gestão em relação à atividade de polícia judiciária", enfatizou.

Comissão internacional e pedido por Gilmar

A defesa do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, protocolou uma petição na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CDIH) em que aponta supostas violações cometidas contra o cliente.

No documento, os advogados do banqueiro — preso preventivamente enquanto responde por crimes contra o sistema financeiro nacional — alegam violação de direitos devido à demora do Supremo Tribunal Federal (STF) em decidir sobre pedido de soltura feito em setembro.

"A gravidade decorre da privação da liberdade por mais de oito meses, sem denúncia, agora sob a jurisdição de juiz designado à margem da lei. A urgência decorre da paralisia do pedido de liberdade e da precariedade da competência criada, que pode ser alterada a qualquer momento", diz a petição.

A ação, contudo, tem efeito simbólico e dificilmente produz resultados concretos. O objetivo é pressionar o STF a tomar uma decisão.

Os defensores também criticam decisão do presidente da Corte, ministro Edson Fachin, de avocar para si a relatoria da ação em que Vorcaro é investigado.

"A vítima, que antes estava presa sem juiz, está agora presa sob a jurisdição de um juiz designado ad hoc, por ato do próprio julgador, depois dos fatos, para este caso específico e por prazo determinado. A violação de direitos humanos não cessou: recrudesceu", diz a petição.

A decisão de Fachin foi tomada para conter a crise deflagrada pela divulgação de relatório da Polícia Federal que expôs a proximidade entre o banqueiro, acusado de fraude de R$ 12,2 bilhões, e o ministro Alexandre de Moraes.

O documento mostra mensagens do banqueiro a Moraes com pedidos de ajuda na articulação de sua defesa. Ele chega a perguntar se deveria deixar o país na antevéspera de sua prisão e também sugere ao magistrado que interceda junto ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

A decisão de tornar o relatório público, em setembro, partiu do então relator do caso, André Mendonça. Moraes respondeu com acusações de que o colega conduziu a investigação com parcialidade e abuso de autoridade. Para corroborar essa versão, apresentou relatório apócrifo sem valor probatório da PF.

Reprodução/STF



Acusado de crimes financeiros, Vorcaro está preso há oito meses

Fraude bilionária

Acusado de comandar organização criminosa responsável por fraude de R$ 12,2 bilhões contra o sistema financeiro nacional, Vorcaro está detido há oito meses. Seus advogados protocolaram pedido para que ele saia do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, e vá para casa.

Para estancar a crise interna, agravada pela sessão plenária de 15 de setembro, quando integrantes da Corte trocaram insultos e acusações, Fachin decidiu manter, temporariamente, a ação sob sua relatoria.

Em nota ao **Correio**, os advogados Daniel Bialski, Sérgio Leonardo e Engels Muniz ressaltam que "essa é uma prisão sem precedentes". "Não existe situação similar que justifique prisão e restrição de liberdade de período tão elástico, sem contemporaneidade e necessidade, bem como sem que sequer exista denúncia contra o ele e nem mesmo perspectiva de processo", enfatizam. "Há iniludível violação de todos os prazos previstos na Lei Processual e Constituição Federal e no conceituado na Declaração Americana e Universal dos Direitos Humanos."

Decano do STF

A defesa de Vorcaro pediu a Fachin que transfira ao ministro Gilmar Mendes a competência para julgar cautelares no âmbito do Master. Assim, caberia ao decano da Corte decidir sobre revogação da prisão preventiva do banqueiro.

Na petição, os advogados alegam que o afastamento do ministro André Mendonça da relatoria da operação Compliance Zero, em setembro, provocou quadro de "impossibilidade da prestação jurisdicional". Sustentam ainda que, ao trazer para si a relatoria, Fachin violou o princípio do juiz natural.

O argumento dos advogados de Vorcaro é de que, como não há, no Regimento Interno do Supremo, norma prevista para situações como essa, deve se aplicar por analogia norma segundo a qual, na ausência do relator original, a competência para decisões cautelares recai sobre o ministro mais antigo.

Fachin afastou Mendonça da relatoria do caso do Banco Master para mitigar crise deflagrada pela divulgação de relatório da Polícia Federal que detalhou a proximidade de Vorcaro com o também ministro Alexandre de Moraes.

No documento, o banqueiro pede ajuda de Moraes na articulação de sua defesa, pergunta, na antevéspera de sua prisão, se deveria sair do país, e pede intervenção junto ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Moraes revidou com acusações de que seu colega de tribunal havia conduzido o inquérito com objetivos políticos e direcionado as investigações contra ele para favorecer o grupo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Para corroborar essa versão, apresentou relatório apócrifo e sem valor probatório.

Fachin afastou Mendonça e levou para a Presidência do STF a relatoria provisória do caso Master.